



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2018: SIC - XXX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2018
<b>Local</b>	Campus do Vale - UFRGS
<b>Título</b>	Eficiência e Equidade da Universidade Pública no Brasil: uma análise comparativa de modelos de financiamento
<b>Autor</b>	ANA PAULA NOTHEN RUHE
<b>Orientador</b>	MARCELO SAVINO PORTUGAL

# EFICIÊNCIA E EQUIDADE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE MODELOS DE FINANCIAMENTO

**Ana Paula Nothen Ruhe**

**Orientador Iniciação Científica: Marcelo Savino Portugal**

**Coorientador: Marcelo de Carvalho Griebeler**

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul**

Todo gasto público tem como efeito alguma forma de redistribuição de renda, seja ela em favor dos mais pobres ou dos mais ricos, de um setor econômico ou de outro. Ao cobrar impostos de toda a sociedade e decidir onde alocá-los, os governos transferem recursos para grupos específicos. Assim, as fontes, os destinos e o montante das verbas de uma política pública são fatores que podem contribuir para gerar mais ou menos desigualdade de renda e de oportunidades, bem como influenciar a forma como os recursos produtivos são utilizados e alocados, e, por consequência, a eficiência e o potencial de crescimento de uma economia.

Com a educação superior não é diferente. Embora a literatura econômica forneça justificativas diversas no plano teórico para a necessidade de intervenção governamental no financiamento do ensino universitário, não há consenso em relação à forma mais adequada para essa intervenção. Atualmente, as universidades públicas brasileiras são financiadas quase que totalmente com transferências de verbas oriundas das receitas tributárias do governo. Assim, há um direcionamento dos recursos de todos os contribuintes para um grupo limitado de indivíduos – aqueles que têm acesso a cursos superiores em universidades públicas.

Nesse contexto, emerge a questão: o atual modelo de financiamento da educação superior pública no Brasil é o que alcança os melhores resultados em termos de eficiência e equidade? Mais ainda, é possível atingir mais amplamente e de forma simultânea esses dois objetivos com uma formulação alternativa para o sistema educacional universitário brasileiro? O presente projeto de iniciação científica procura analisar essas duas questões por meio da construção de um modelo representativo dos elementos relevantes da economia do país acerca das decisões e das possibilidades dos indivíduos em relação à educação universitária que permita comparar o desempenho dos desenhos alternativos de políticas governamentais de financiamento. Três são os critérios adotados de avaliação dessas políticas: i) a eficiência econômica, ii) a equidade de oportunidades *ex-ante*, e iii) a equidade de fluxos de renda *ex-post*.

A construção do modelo teve início com a definição das hipóteses simplificadoras e com a identificação do fator que origina a necessidade de intervenção governamental. Seguindo García-Peñalosa e Wälde (2000) e Azevedo e Salgado (2012), assume-se que há uma falha no mercado de capitais que impede a tomada de financiamento privado por parte dos jovens que desejam estudar, uma vez que um maior capital humano futuro não é garantia aceitável para os credores. A próxima etapa consistiu na construção do framework de equações que representam o funcionamento da economia e, em particular, do sistema de educação superior. A partir dessa estrutura básica, foram realizadas modificações para representar: i) um cenário de perfeito funcionamento do mercado de capitais, em que a ação do governo não é necessária (caso referencial); ii) o atual formato de financiamento, em que o governo oferta uma quantidade finita de vagas na universidade pública e tributa toda a população; iii) o caso em que uma taxa é cobrada daqueles que estudam nas universidades públicas.

Os resultados preliminares obtidos no framework construído mostram que, no atual modelo de financiamento da educação superior, os três critérios de avaliação não são alcançados simultaneamente, isto é, há um trade-off entre equidade e eficiência. Mais ainda, o atual desenho tem desempenho pior do que a alternativa em que há cobrança de taxa, na qual o trade-off eficiência/equidade, embora presente, é menor.